



ACÓRDÃO Nº529/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12069/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Silves
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Renildo Luiz Ribeiro de Oliveira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Kaio Bruno de Souza Oliveira OAB/AM nº 8.613.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1232/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Silves. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Renildo Luiz Ribeiro de Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Silves, exercício de 2019, nos termos do art. 22, III, alínea "b", da Lei n.º 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. artigo 188, §1º, inciso III, alínea "b", da Resolução n.º 04/2002- RITCE/AM, em razão da permanência das Restrições n.ºs 2.1, 2.2 e 4, elencadas na Notificação n.º 01/2020-CI/DICAMI e Restrições n.ºs 1, 2 e 3 (Item 2), elencadas na Notificação n.º 131/2022-CI/DICAMI.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Renildo Luiz Ribeiro de Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Silves, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, em razão da permanência das Restrições n.ºs 2.1 e 2.2, elencadas na Notificação n.º 01/2020-CI/DICAMI e, Restrições n.ºs 1, 2 e 3 (Item 2), elencadas na Notificação n.º 131/2022-CI/DICAMI, como não sanadas, e fixar prazo de 60 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM –



ACÓRDÃO Nº529/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Renildo Luiz Ribeiro de Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Silves, no valor de **R\$ 1.706,80** (Hum mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), referente ao atraso na remessa e publicação do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º semestre de 2019 ao sistema E-Contas, GEFIS, nos termos do art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso I, alínea “c”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, em razão da permanência da Restrição n.º 4, como não sanada, e fixar **prazo de 60 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



ACÓRDÃO Nº529/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4. Determinar à atual Administração, sob pena das contas de o próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 188, inciso III, alíneas “b” e “e”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, que:

10.4.1. observe e cumpra com rigor a legislação quanto aos prazos de remessa e publicação do Relatório de Gestão Fiscal no Sistema e-Contas/GEFIS;

10.4.2. observe a legislação vigente e mantenha o controle patrimonial efetivo e eficaz juntamente com os registros de entrada e saída de materiais contínuos e permanentes, conforme determinam os artigos n.ºs 94, 95, 96 e 106, da Lei n.º 4.320/64.

10.5. Determinar ao Órgão Técnico que verifique a correção das falhas apontadas na próxima inspeção *in loco*.

10.6. Dar ciência ao Sr. **Renildo Luiz Ribeiro de Oliveira**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for adotado pelo colegiado, para que tome ciência do decisório, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Março de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral